



## CONTRIBUIÇÕES MARXISTAS PARA PENSARMOS O ENSINO DE GEOGRAFIA

*Tulio Barbosa*<sup>1</sup>  
tulio@ig.ufu.br

*José Roberto Nunes de Azevedo*<sup>2</sup>  
jrna1982@hotmail.com

### **Resumo**

O presente trabalho é uma contribuição ao Ensino de Geografia por meio das concepções filosóficas e pedagógicas marxistas. Partimos dos conceitos de classe, cotidiano, experiência, automatismo e ética aquisitiva a partir de Lefebvre, Thompson, Sartre e Kosik. Este trabalho centra-se na superação da dicotomia geográfica pela subtração dos parâmetros positivistas e/ou pós-modernos. Assim, apresentamos o pensamento geográfico marxista como contribuição para o entendimento da espacialidade como resultado dos processos históricos e geográficos. A espacialidade é formada a partir dos processos históricos vinculados à dimensão espacial e organizados pelo modo de produção capitalista. Assim, a Geografia Escolar contribuirá para a formação de estudantes capazes de compreender a espacialidade como dialética e não estagnada. O Ensino de Geografia, pelo marxismo, constrói ferramentas teóricas e práticas para a superação do status quo, pois amplia a capacidade dos estudantes em produzirem outras espacialidades a partir da crítica aos processos históricos dominados por uma classe reguladora do modo de produção capitalista. O Ensino de Geografia pelo marxismo promove a compreensão da totalidade concreta e a propagação de valores fundamentais como solidariedade, liberdade, justiça e igualdade.

### **Palavras chave**

Ensino de Geografia. Marxismo. Espacialidade. Totalidade Concreta.

## CONTRIBUCIONES MARXISTAS PARA PENSAR LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA

### **Resumen**

Este trabajo es una contribución a la enseñanza de la geografía, trabajamos con la filosofía y la pedagogía del marxismo. Trabajamos con los conceptos de clase, experiencia, cotidiano, automatización y ética capitalista de Lefebvre, Thompson, Sartre y Kosik. Este trabajo se centra en la superación de la dicotomía de los supuestos positivistas y posmodernos, por lo tanto, el pensamiento marxista geográfico se entiende como una contribución a la comprensión de la

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/FCT). Professor Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) do Instituto de Geografia (IG). Av. João Naves de Ávila, 2121. Campus Santa Mônica. Bloco 1 H. Uberlândia (MG). CEP 38408-100.

<sup>2</sup> Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCT) e Bolsista Doutorado FAPESP. Rua Roberto Simonsen, 305. Presidente Prudente (SP). CEP 19060-900.

espacialidad, como resultado de procesos históricos y geográficos. La espacialidad se forma a partir de los procesos históricos ligados a la dimensión espacial organizados por el modo de producción capitalista, por lo que la Geografía Escolar contribuye a la formación de estudiantes capaces de entender la espacialidad como dialéctica y no estancada. La escuela marxista de Geografía supera el status quo, ya que mejora la capacidad de los estudiantes a producir otra espacialidad, debido a la crítica de los procesos históricos dominados por una clase que tiene el control de la producción capitalista. La Enseñanza de la Geografía por el marxismo promueve la comprensión de totalidad concreta y la difusión de valores fundamentales como la solidaridad, la libertad, la justicia y la igualdad.

***Palabras clave***

Enseñanza de la Geografía. Marxismo. Espacialidad. Totalidad Concreta.

## **Introdução**

*A vida nem dá tempo para a Vida.*  
M. Quintana, Baú de Espantos, Poema Desenhado

A ciência geográfica fundamenta-se na compreensão do espaço como totalidade. Ensinar Geografia significa possibilitar a compreensão do espaço nos aspectos materiais e imateriais, ou em termos marxistas, compreender dialeticamente a realidade. A realidade não é relativa, ela é processualmente histórica e geográfica. Os sujeitos compõem e são simultaneamente a realidade e as experiências individuais dos sujeitos ocorrem historicamente e geograficamente. Portanto, o indivíduo como sinônimo de isolamento e que compreende a realidade a partir de suas “verdades” não passa de um mito ou mesmo uma construção ideológica.

O Ensino de Geografia deve apresentar a realidade aos estudantes pelos processos de constituição da formação social, cultural, econômica, política e espacial, sem dicotomizar as relações dos sujeitos para com a sociedade, da sociedade para com a natureza e da natureza para com os sujeitos.

A dinâmica espacial centrada nos postulados do materialismo histórico e dialético contribuirá para o entendimento das múltiplas relações sócio-espaciais. Assim, a espacialidade será compreendida no seu dinamismo real, já que as múltiplas relações processuais serão apontadas e investigadas.

Nos últimos anos campanhas demolidoras atingiram e atingem o Ensino de Geografia. Os discursos constroem ideologias que apresentam a Geografia como ciência positivista (BARBOSA, 2010). As limitações da compreensão positivista de Geografia fornecem aos professores, aos estudantes e à sociedade em geral uma visão limitada do Ensino de Geografia, pois tal ensino pulveriza a crítica e fornecem conceitos fragmentados.

Entendemos que o Ensino de Geografia inscreve-se na colaboração, junto a outras ciências, para a formação do conhecimento espacial vinculado à necessidade de formar sujeitos críticos e atuantes a partir dos valores ligados a liberdade, cidadania, igualdade, justiça, democracia e solidariedade. Para isso, é fundamental apresentar aos

estudantes os problemas que não concorrem para resultados positivos aos valores mencionados anteriormente. Tais problemas são originários do modo de produção capitalista e, assim, o Ensino de Geografia precisa refletir quanto à organização econômica, social, espacial e política, para que essas reflexões resultem na formação de uma humanidade comprometida com a liberdade, a justiça e a solidariedade.

Diante disso, o Ensino de Geografia pelo materialismo histórico-dialético colabora, de fato, para a ampla compreensão dos problemas oriundos do capitalismo e possibilita aos professores e estudantes a constituírem uma nova humanidade por meio de valores que ultrapassem o fetichismo do lucro e da mercadoria.

### **Ensino de Geografia e marxismo para compreendermos a totalidade concreta**

*Potius mori quam fiedari  
eis o sentido ilibado  
da vida que me transmites  
em mensagens cifradas.  
Mas há quem não compreenda e prefira o mundo  
assim como é: imerso na imundície.  
E. Montale, Diário Póstumo, Mas Há Quem*

O Ensino, grosso modo, é a transmissão de conhecimento, de cultura, de humanidade para sujeitos em formação. O Ensino de Geografia precisa transmitir conhecimentos que formarão nos sujeitos ampla compreensão das muitas relações sócio-espaciais sem retirá-los do espaço. Em outras palavras, o Ensino de Geografia colabora para o exame crítico das condições materiais e imateriais dos sujeitos com suas relações originárias de suas situações econômica, cultural, social, histórica e espacial. Ensinar Geografia é permitir aos sujeitos compreenderem-se como criadores de sua própria história e espacialidade. Mas não se trata de criação individual, pois a coletividade é mola propulsora desta construção.

Superar a dicotomia geográfica e o dogmatismo do conhecimento e dos valores incongruentes com a liberdade, a cidadania, a solidariedade, a democracia e a igualdade são tarefas vitais para o Ensino de Geografia.

Ensinar Geografia significa problematizar o mundo pelo cotidiano dos estudantes por meio das articulações escalares vinculadas à economia, à política e à cultura. Por meio do materialismo histórico-dialético amplia-se a possibilidade do estudante compreender o mundo sem se afastar do mesmo, isto é, compreenderá que faz e é parte do mundo, pois a ciência geográfica não o anulará no seu cotidiano.

O pensamento marxista fundamenta-se sobre a crítica à organização econômica, social e política baseada na exploração dos seres humanos resultando na concentração da riqueza para poucos e a pobreza para muitos. A sociedade ocidental capitalista tem suas bases conceituais aplicadas cotidianamente pelo que Thompson (2001) nomeou de ética aquisitiva, ou seja, foram edificados valores e símbolos que justificam a exploração, a acumulação e a pobreza, em outras palavras, “naturalizaram” o capitalismo. A construção desta ética permite o desenvolvimento do universo simbólico e conseqüentemente à manutenção do *status quo*.

Segundo Berger e Luckmann (1985) a construção do universo simbólico garante a perpetuação da sociedade com seus valores, delimitando o que é importante para uma sociedade e a partir desta delimitação definindo o que é aceito socialmente. Assim, o capitalismo ergueu o universo simbólico a partir da acumulação desigual, forjando ideologicamente a ética baseada na aquisição de mercadorias e bens.

Tal ética constituiu a base da sociedade ocidental capitalista e, portanto, a fundamentação existencial dos sujeitos liga-se obrigatoriamente à busca pelo ter, pelo consumo e pela acumulação. Assim, o Ensino de Geografia pode perpetuar esses valores apresentando por meio dos professores e livros uma cosmovisão descomprometida com a crítica ao atual estágio da civilização ou construir críticas que possam culminar em novos olhares comprometidos com valores mais solidários e fraternos, pois a elite econômica parasitária reorganizou a educação nos últimos anos para que a mesma estivesse a serviço de seus interesses. Na contramão dos objetivos desta elite precisa o Ensino de Geografia caminhar.

O Ensino de Geografia deve combinar conteúdos geográficos e pensamento crítico. Nos últimos anos ocorreram, e vêm ocorrendo, campanhas sistemáticas quanto à crítica política, econômica e social. Para isso a elite dominante construiu um discurso

ideológico apoiado na valoração do conteúdo pelo conteúdo (BARBOSA, 2010). Segundo Pereira (1995, p. 62) “o meio (conteúdo) se transformou em fim”.

Diante deste cenário compreendemos a importância do marxismo para o Ensino de Geografia, uma vez que os posicionamentos filosóficos e pedagógicos imprimem nos estudantes capacidades avaliativas críticas sem abandonar os conteúdos.

A relação teórica e prática do Ensino de Geografia com o marxismo parte do concreto, das manifestações cotidianas das relações sócio-econômicas e espaciais no cotidiano dos sujeitos. O concreto é o vivido, geograficamente significa o espaço experienciado pelos sujeitos ao mesmo tempo em que os sujeitos, a partir destas experiências, se projetam no espaço. A projeção do sujeito obriga-o a novas experiências com a espacialidade e, por fim, culmina em novas relações sujeito-mundo. A compreensão destas relações dialéticas torna-se possível pela mediação do conhecimento, pela construção categorial e conceitual dos elementos geográficos. Enfim, o Ensino de Geografia, pelo método materialista histórico-dialético, permite aos estudantes a compreensão de suas diferentes participações na espacialidade cotidiana, sem forçá-los à passividade, ao contrário, apontando-os para a atividade.

O aprendizado geográfico marxista colabora para a edificação da totalidade compreendida cotidianamente, pois o concreto é a espacialidade vivida. A vivência cotidiana e a compreensão da processualidade histórica e geográfica fornecem ao estudante a condição de ser sujeito de sua própria história e espacialidade. A imposição ideológica capitalista funda e fundamenta a vivência cotidiana, segundo Kosik (1976), e o domínio ideológico impõe preocupações atreladas ao que Thompson (2001) nomeou como ética aquisitiva.

“O sujeito é determinado pelo sistema de relações objetivas, mas se comporta como indivíduo movido pela ‘preocupação’, o qual no curso da sua ação cria a rede de relações” (KOSIK, 1976, p. 63). Essas relações impedirão os sujeitos de compreenderem o mundo pela realidade concreta, distante da pseudoconcreticidade, já que o falso concreto é a ação materializada cotidianamente através do movimento ideológico que subtrai dos sujeitos sua humanidade, “coisificando-os”, tornando-os reféns perpétuos das “preocupações” sistematizadas do capitalismo, preocupações

centradas no consumo e na acumulação de dinheiro e bens ou, na grande maioria da humanidade, preocupação que é centrada na sobrevivência de almas e corpos.

Os postulados ideológicos capitalistas programaram a humanidade para acreditar na impossibilidade de ocorrerem mudanças significativas no mundo capitalista. A programação da humanidade foi iniciada pela anulação da capacidade crítica, uma vez que forjou-se uma ética (aquisitiva – baseada no consumo) e com esta criaram-se sistemas simbólicos que formaram um conjunto de abstrações materializadas e compreendidas pela falsa concreticidade da realidade. Esse conjunto é cotidianamente reforçado pela constituição da materialidade interpretada ideologicamente através da propriedade ontológica do sujeito construída socialmente. A ética aquisitiva originária do capitalismo emoldura a ontologia social por meio da perpetuação ideológica.

Toda ideologia [...] desenvolve-se em ligação com a base material das idéias existentes, desenvolvendo-a e transformando-a por sua vez; se não fosse assim, não seria uma ideologia, isto é, um trabalho sobre idéias conhecidas como entidades dotadas de substância própria, com um desenvolvimento independente e submetidas tão apenas às suas próprias leis. Os homens, em cujo cérebro esse processo ideológico se desenrola, ignoram forçosamente que as condições materiais da vida humana são as que determinam<sup>3</sup>, em última instância, a marcha desse processo, pois, se não o ignorassem, ter-se-ia acabado toda ideologia. (ENGELS, s.d, p. 203).

As condições materiais promovem, por uma classe dominante, a regulação da espacialidade seja nos aspectos materiais e/ou imateriais. A espacialidade é o conjunto de ações humanas dialeticamente elaboradas pelo modo de produção relacionado conjuntamente com a sociedade e a natureza. A espacialidade é a materialização da existência humana e, assim, ao olharmos para o mundo compreenderemos a revelação da ontologia do ser sócio-espacial ou, em outras palavras, a compreensão do mundo somente é possível com o entendimento da projeção social material e imaterial na constituição ontológica do sujeito.

---

<sup>3</sup> A palavra determinação tanto em Marx, Engels e Lênin não tem o sentido determinista. A leitura desta obra por Lênin foi significativa para a construção de seu pensamento filosófico. Como afirmou Martins (1996, p. 14): “Lênin teve que explicar que sua concepção da História e das transformações sociais não seguia o curso linear e evolucionista que lhe imputavam seus leitores”.

Diante disso, o Ensino de Geografia tem papel central na elaboração de conceitos e categorias que expliquem a realidade pela totalidade, isto é, a espacialidade fornece elementos importantes para a superação das ideologias impositivas e para a formação de sujeitos que tenham amplas capacidades críticas para pensar outro mundo.

Pensar outro mundo pelo materialismo histórico-dialético significa ir além do formalismo ideológico capitalista que regula a sociedade pela superestrutura positivista. Mesmo com a onda pós-moderna, que se opõe ao racionalismo oriundo da modernidade, a superestrutura mantém-se positivista, uma vez que os pressupostos pós-modernos levam os sujeitos a um labirinto caótico que parte dos sujeitos para os sujeitos, como se a humanidade não existisse e o sujeito fosse de fato único e extremamente individual. A pós-modernidade reforça o positivismo, pois a mesma aponta crítica ao racionalismo ao substituí-lo pela subjetividade extrema, ou seja, conforme Lombardi (2010) a pós-modernidade não apresenta nenhum objetivo para a humanidade e, assim, não apresenta nenhum impacto para o programa positivista forjado a partir dos interesses da classe dominante.

Em oposição a tudo isso, o marxismo apresenta objetivos claros para a humanidade: a luta pela justiça social, econômica e política, apoiado nos ideais de solidariedade, liberdade e igualdade. Ensinar Geografia pelo pensamento marxista significa dar sentido ao aprendizado, sem abandonar os conteúdos, sem efetuar qualquer doutrinação política e sem dogmatismos. O marxismo é o amplo desenvolvimento da plena liberdade. O pensamento marxista não é partidário, não se fecha em um grupo, nem em líderes, como foi realizado na ex-URSS com J. Stálin. O marxismo apresenta aos estudantes a possibilidade de pensar o concreto vivido, de compreender a espacialidade como constituinte do seu dia-a-dia e de sua existência a partir das relações de produção da vida material e imaterial. Em suma, o marxismo traz a liberdade como contínua urgência para a humanidade.

O capitalismo aprisiona a humanidade num sistema ideologizado que justifica as diferenças econômicas e sociais por meio de discursos realizados pela mídia e até mesmo reproduzidos pela escola, pelos livros didáticos e por professores. A força do capitalismo por sua constituição moral e ética impede à crítica da formação econômico-



social da espacialidade. Lefebvre (1967) enfrentou este problema aplicando o conceito de autômato à sociedade - desenvolveu seus argumentos a partir dos postulados cibernéticos de Ashby e M. Couffinal com os quais dialogou criticamente – anunciou, portanto, o ser autômato como ser mimético, como subordinável perpétuo, como resultado do modo de produção capitalista.

O sentido existencial do autômato é a segurança da *mimésis*. A reprodução da produção cotidiana é a segurança da perpetuação dos ditames capitalistas. A segurança do sistema capitalista parte da manutenção das formas, do não inventivo, do acrítico. Segundo o próprio Lefebvre (1967, p. 237): “[...] A *mimésis* é dupla. Reproduz um (algo) adquirido e visa uma inacessível que atinge completamente.” A reprodução das formas é o contínuo da espacialidade arraigada à condição operante capitalista, o inacessível mimético é o porvir, ou seja, aquilo que será reproduzido em novas roupagens com o mesmo material (o famoso remendo).

O Ensino de Geografia precisa impedir as incongruências tomadas como certas pelos estudantes, em outras palavras, apresentar a crítica à sociedade dos autômatos. Para isso precisa deixar claro que: “O indivíduo se move em um sistema formado de aparelhos e equipamentos que ele próprio determinou e pelos quais é determinado, mas já há muito tempo perdeu a consciência de que este mundo é criação do homem”. (KOSIK, 1976, p. 63).

O automatismo dos sujeitos insere-os numa programação ideológica. Assim, suas preocupações vinculam-se à necessidade imposta pela ordem dominante, criam preocupações centradas na manutenção do *status quo* e impedem, por ação da classe dominante, o desenvolvimento de um pensamento crítico para além da *mimésis*. Neste sentido, para o Ensino de Geografia, a partir do marxismo, o desafio centra-se na relação dialética entre forma e conteúdo do sujeito e da espacialidade para a compreensão da totalidade concreta.

O Ensino de Geografia precisa apresentar os processos geográficos e históricos para os estudantes fomentando a crítica e a constituição ontológica destes a partir da realidade vivida imbricada à dialética forma-conteúdo. Deste modo, a compreensão da

totalidade concreta ocorrerá mediante a perquirição do “papel” sócio-espacial do sujeito pelo mesmo, abandonando o automatismo para alcançar a emancipação humana.

Sartre (2002) compreendeu a dificuldade da emancipação humana pela força avassaladora das exigências da sociedade emolduradas como imperativos categóricos. Kosik (1976) analisou as exigências sociais e compreendeu-as como constituição simbólica da produção de preocupações específicas e demasiadamente rígidas para a humanidade. Tais preocupações empregadas cotidianamente pelos sujeitos levam-os a perpetuarem os imperativos categóricos e subordinarem-se ao sentido existencial do capitalismo: ser, acima de tudo e antes de tudo, consumidor.

A ética aquisitiva (capitalista) apresenta a forma como conteúdo, o ter como essência do existir. Esse é o desafio central para o Ensino de Geografia: como apresentar aos estudantes o automatismo/engessamento de suas vidas e propor a liberdade como centralidade existencial?

Não tratamos existencial como existencialismo ou fenomenologia. A existência é o projeto (não no sentido heideggeriano) dos sujeitos no mundo, todavia, tais projetos vinculam-se sistematicamente à superestrutura e, desta forma, as exigências dos projetos dos sujeitos são antecipadas pelo modo de produção capitalista.

O consumo aparece sempre como instância motivadora dos sujeitos. Assim, o estudar para libertar-se, no mundo do capitalismo, significada estudar para ter maior capacidade para acumular riquezas, ou ainda, como nos lembra Hidalgo (2008, p.125):

“A educação muda a vida das pessoas”. Este é o jargão de uma propaganda veiculada em parceria com a Unesco pela principal rede de televisão no Brasil, com imagens de jovens em situações de violência, que, quando transportados para o ambiente escolar, assumem caráter oposto: de interação, cooperação, aprendizagem, desenvolvimento. A mensagem subliminar deste comercial pode ser assim sintetizada: educação e consciência das responsabilidades individuais pode resolver os problemas sociais.

O projeto existencial dos sujeitos compromete-se com o capitalismo ao ser individualista, ao não pensar coletivamente e solidariamente, uma vez que o capitalismo prima pelo indivíduo. O objetivo da educação geográfica é a construção de uma

identidade crítica aos estudantes, tornando-os solidários, fraternos e libertos das amarras do capitalismo.

Para isso faz-se necessário repensar conteúdos e práticas, ou seja, repensar os próprios conceitos e categorias da geografia. A dogmatização gnosiológica da ciência geográfica impossibilita a crítica à própria estrutura capitalista; assim, nega-se qualquer teleologia geográfica comprometida com a interrupção de conhecimentos que desprezam a ética aquisitiva.

O Ensino de Geografia colabora para a formação da humanidade e, assim, podemos contribuir para a perpetuação de valores comprometidos com o automatismo da ética aquisitiva ou contribuir com conhecimentos capazes de humanizar (no sentido fraterno e solidário) a humanidade. Aliás, a temática solidariedade e fraternidade há muito se foi dos bancos escolares, equivocadamente confundem esses princípios com preceitos religiosos.

O projeto existencial dos sujeitos liga-se, sempre, a sua intencionalidade, em outras palavras, o Ensino de Geografia tem uma finalidade que será posta em prática a partir da intencionalidade daqueles que ensinam Geografia, daí a importância em pensar de forma crítica, o que resultará no entendimento da totalidade.

A partir da leitura de Martins (2007) compreendemos que a construção de um corpo categórico, teórico e conceitual para a Geografia a partir do marxismo implica na verificação da universalidade do conhecimento na práxis cotidiana. Os conceitos expressam, sempre, aquilo que lhes são destinados a definirem a partir da objetivação da subjetividade intencional. Deste modo, o método é primordial para a definição do conteúdo (enquanto disciplina do ensino) para a ciência geográfica. A compreensão da totalidade pelo concreto é fundamental para a superação das fragmentações que doutrina os sujeitos e os anulam geográfica e historicamente.

## A Geografia escolar e a totalidade concreta

*“A gente, disse no tom de quem sorri de si próprio, habitua-se tanto a ter olhos, que ainda julga que os pode usar quando já não lhe servem de nada [...]”.*

J. Saramago, Ensaio Sobre a Cegueira, p. 95

A urgência em irmos para além do simples olhar para o Ensino de Geografia obriga-nos a julgarmos aquilo que enxergamos como não definitivo e apresentarmos a dogmatização do conhecimento e do ensino como uma verdadeira cegueira. Devemos olhar para o Ensino de Geografia e, de fato, enxergarmos as contradições postas no cotidiano escolar. Para isso o pensamento marxista contribui objetivamente à compreensão do cotidiano escolar de forma crítica.

Habitamo-nos com a Geografia, tornamos o Ensino de Geografia parte de uma tradição. O hábito perpetua a prática e impõe por gerações tradições que são dogmatizadas e contribuem para o automatismo dos sujeitos. Não afirmamos o desmoronamento da tradição geográfica, apontamos a urgência em verificar suas incongruências teóricas e práticas. Não podemos nos habituar com a ciência geográfica engessada e como parte de uma tradição irrefutável, pois se isso ocorresse a Geografia passaria a ser religião.

O Ensino de Geografia não pode simplesmente reproduzir aquilo que é reproduzido escolarmente, sem uma verificação epistemológica. As categorias é que fundamentam a ciência geográfica. Solitárias, as categorias nada conseguem explicar e dependem, sobretudo, da questão de método, da intencionalidade do sujeito vinculado ao seu projeto ontológico de classe socioeconômica.

O Ensino de Geografia precisa ensinar a ver o mundo em sua totalidade, para isso a produção do conhecimento é extremamente importante, ou seja, fomentar nos estudantes o desejo em compreender o mundo a partir de seus próprios questionamentos. A liberdade para pensar o mundo é o ponto inicial e fundamental da construção da intencionalidade crítica.

O Ensino de Geografia a partir das teorias marxistas possibilita aos estudantes o entendimento do ser humano como sujeito histórico e geográfico, capaz de reformular

ou revolucionar a realidade. O engessamento dos sujeitos pelo automatismo oriundo da ética aquisitiva deve ser combatido pelo ensino crítico da realidade.

A Geografia Escolar, portanto, tem função importantíssima na formação humana, pois a mesma ao ensinar sublinha ao estudante o espaço, faz com que o mesmo tenha uma relação mais profunda com a dimensão espacial, em outras palavras, o nascimento da espacialidade para os estudantes.

A espacialidade é a dimensão primordial aos estudantes para compreenderem as múltiplas relações políticas, sociais, econômicas e culturais. As primeiras relações sócio-espaciais que os estudantes realizam são com os familiares, com a cultura, com a igreja, com o bairro, enfim, relações que são realizadas cotidianamente e os mesmos acreditam que ocorram espontaneamente. A espontaneidade sócio-espacial é uma construção ideológica, pois é parte do automatismo, uma vez que os sujeitos ao ignorarem a formação concreta do cotidiano serão possivelmente manipulados pelo capitalismo nas suas muitas atuações.

A dimensão espacial na Geografia Escolar precisa ser trabalhada politicamente. As relações cotidianas são políticas, a dimensão espacial da realidade no concreto vivido pelos estudantes estabelece a obrigatoriedade da sujeição aos ditames da organização hierarquizada por uma classe dominante. O espaço é organizado classistamente, logo, a dimensão humana da espacialidade é também organizada classistamente, enfim, o espaço é o concreto da sociedade de classes que os sujeitos vivem abstratamente.

A apresentação da espacialidade como dimensão do concreto contraditório das relações de produção capitalista proporciona aos estudantes vínculo permanente com a dimensão espacial, com suas configurações, contradições e organizações. Marx (1993) ao apontar a produção das condições materiais no capitalismo trouxe-nos a relação da subjugação da subjetividade ao objeto. O espaço não é diferente, a organização do mesmo atrela-se aos interesses de uma classe dominante, a objetivação da realidade passa primeiramente pela sujeição da subjetividade sem abandono das determinações materiais.

O distanciamento da relação processual do estudante com a produção da espacialidade reforça o automatismo dos mesmos, a sujeição às condições impositivas do modo de produção capitalista. Diante disso, entendemos que a Geografia Escolar tem papel significativo na formação humana, ao proporcionar a aproximação dos estudantes com as suas condições sócio-espaciais, ao apresentá-los, definitivamente, à espacialidade. Para Enguita (1989) o ensino gravita nas questões relacionadas ao controle; assim, entendemos que a Geografia Escolar ao colocar em xeque a espacialidade vigente fomenta nos estudantes o desejo pela emancipação em relação a uma espacialidade fixa e mantenedora do *status quo*.

O controle da espacialidade ocorre pela relação dialética da objetividade e subjetividade e, deste modo, o Ensino de Geografia precisa partir das relações concretas do espaço vivido: o cotidiano dos estudantes.

Não existe homogeneização de cotidianos. Cada estudante tem suas experiências no seu dia-a-dia. A estruturação das condições materiais da produção capitalista e a superestrutura impõem cenários gerais “arquetipados”; assim, o estudante morador de qualquer país ocidental capitalista terá experiências cotidianas direcionadas pelo consumo, pelo ter e pela imposição de uma necessidade constante de manutenção do *status* social ou superação do mesmo.

O direcionamento do cotidiano dos estudantes por meio das exigências do capitalismo não reflete a obrigatoriedade da aceitação destas condições, porém os mesmos ao negarem não conseguem pensar de forma totalmente diferente, já que a superestrutura e as condições materiais impossibilitam uma completa libertação destas amarras. Todavia, as experiências individuais, a partir das experiências da classe sócio-econômica, constituem paralelos importantes quanto à dogmatização das relações sócio-espaciais, uma vez que as experiências cotidianas podem fomentar o oposto à imposição.

A homogeneização do Ensino, quanto aos conteúdos e didáticas, é obstáculo considerável para o melhor êxito do processo ensino-aprendizagem. As exigências educacionais institucionais “pasteurizam” as experiências dos estudantes como se houvesse a homogeneização das condições sociais, econômicas, políticas e culturais das

classes, ao mesmo tempo em que o discurso oficial, a partir das exigências do modo de produção capitalista, cria uma perspectiva para os estudantes. Neste sentido, Enguita (1989, p. 235) apresenta parte do problema:

As exigências que a instituição escolar faz a seu público nem sempre são bem recebidas. O êxito escolar requer um alto grau de adesão aos fins, aos meios e aos valores da instituição que nem todos os estudantes apresentam. Embora não faltem os que aceitam incondicionalmente o projeto de vida que lhes oferece a instituição, um setor importante rejeita-o plena e solenemente e outro, talvez o mais substancial, só se identifica com o mesmo de forma circunstancial. Aceitam, por exemplo, a promessa de mobilidade social e querem servir-se da escola para alcançá-la, mas não se identificam com a cultura e os valores escolares, razão pela qual mantêm para com a instituição uma atitude meramente instrumental, de acomodação, consistente em transitar por ela aplicando tão-somente o esforço suficiente.

A adesão à finalidade institucional da escola por parte dos estudantes justifica-se pela possibilidade de ascensão social. A não identificação com a cultura e os valores escolares por parte dos estudantes é resultado da sociedade capitalista que privilegia muito mais as aparências (pelo consumo) do que a constituição ontológica a partir da gnosiologia.

O sujeito escolar que negligencia a sua formação também negligencia a sua constituição humana e confunde, pelo viés ideológico, a liberdade com alienação. O discurso impositivo de uma simbologia capitalista chega aos estudantes nas mais variadas linguagens e aliena-os das condições concretas de seus cotidianos, ou seja, o discurso capitalista constrói uma barreira ontológica para que os estudantes mantenham-se na alienação de suas próprias condições materiais e imateriais. Tais condições impositivas podem ser confundidas com condições naturais, como se as relações sociais, econômicas, políticas e culturais fossem naturalizadas.

Todos os processos constituintes da espacialidade são consequências conjunturais, deste modo, justifica-se a Geografia Escolar por meio dos conceitos e categorias próprios à disciplina por apresentar aos estudantes a espacialidade pelo materialismo histórico e dialético, já que o método não subtrairá o estudante de seu cotidiano, nem negligencia as relações diárias impostas pelas condições da classe e articulam escalarmente os elementos que compõem a conjuntura.

A condição de classe aos estudantes é fundamental para o Ensino de Geografia, pois os estudantes precisam compreender os antagonismos e os disparates do capitalismo, sejam eles estudantes pobres ou ricos, a partir de suas condições materiais. Neste sentido, Thompson (2004) ao analisar as classes contribuiu para que possamos entendê-las a partir de suas próprias experiências, subtraindo todo processo homogeneizador típico do positivismo e do marxismo vulgar; assim, as experiências dos estudantes são analisadas e retornam para os mesmos em forma de conteúdos e práticas escolares capazes de fundamentar a humanidade nos mesmos.

A condição de classe é a condição da espacialidade. A espacialidade é a manifestação da projeção das relações de produção na organização social. A classe social é construída historicamente, nas relações cotidianas da estrutura e da superestrutura, mas não no engessamento althusseriano. A classe sócio-econômica vincula-se ao posto ocupado no modo de produção e a identificação dos sujeitos para com as condições sociais, econômicas e culturais. Para exemplificarmos: pode um cortador de cana-de-açúcar não se identificar com outros trabalhadores que exercem a mesma função, bem como pode o gerente da usina de açúcar também não se identificar com seus iguais quanto à função trabalhista, portanto, o primeiro pode se identificar com o segundo e este com o anterior.

Thompson (1981, p. 57), referente à categoria de classe social, entende que se trata de: “[...] uma formação histórica autodefinidora, que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta [...]”. O autor ainda aponta que a classe não é uma categoria estática e isso significa que dialeticamente os seres humanos constroem suas relações e identidades.

A compreensão das classes sócio-econômicas é fundamental para que o professor de Geografia possa compor dialeticamente seu cabedal filosófico e didático, isto é, o professor ensina para pessoas e essas têm experiências ímpares de vida, todavia suas experiências ocorrem no cotidiano e o mesmo é construído pelas relações de produção, consumo e circulação. Assim, o professor terá a capacidade racional e a sensibilidade para explicar as categorias e conceitos geográficos sem abdicar das experiências cotidianas dos estudantes com as quais o professor ao trabalhar



dialeticamente demonstrará aos estudantes a constituição material e imaterial de suas realidades.

A classe como instância ontológica do sujeito é trabalhada pelo professor a partir da relação dialética do conteúdo escolar e das experiências dos sujeitos na sua constituição cotidiana. Existe uma formação individual ligada, de forma obrigatória, a universalidade das relações dialéticas cotidianas. Segundo Duarte (1992) a composição da individualidade dos sujeitos ocorre a partir da reprodução da cotidianidade, isto é, os sujeitos obrigatoriamente sempre estarão vinculados aos universais (como simbologia e verdade) a partir do cotidiano.

Diante disso, o estudante compreenderá que suas experiências de vida são experiências de classe, mesmo negando sua própria classe, como mencionamos anteriormente com o exemplo do trabalhador rural e do gerente. As experiências de classe são realizadas em muitas situações do cotidiano. Assim, a Geografia Escolar fundamenta-se na ampliação da capacidade crítica dos estudantes por meio de suas experiências cotidianas sem abandonar os conteúdos científicos.

As relações escalares cotidianas ao serem apresentadas aos estudantes fomentarão reflexões multidimensionada, desde suas condições de classe até a organização estrutural da produção capitalista, enfim, dotará os estudantes de experiências cognitivas para compreender as questões práticas. Neste sentido, concordamos com Vigotski (2003, p. 238):

A estrutura comum da educação social esta orientada para ampliar ao máximo os limites da experiência pessoal restrita, para organizar o contato da psique da criança com as esferas mais amplas possíveis da experiência social já acumulada, para inserir a criança na rede da vida com a maior amplitude possível.

As experiências dos estudantes no cotidiano são situações que precisam de compreensão e não de automatismo. Não se trata apenas do chamado ensino “da atualidade” pela Geografia Escolar no qual se privilegia os acontecimentos mais recentes, trata-se, sobretudo, da instigação ontológica dos sujeitos por meio de uma varredura epistemológica que o provoque pelo viés crítico, pelo qual suas experiências

cotidianas não serão fitadas apenas como suas e sim parte de uma totalidade oriunda da organização social, econômica e política.

A compreensão das distintas classes não fragmenta a realidade, pelo contrário, os professores apresentam a totalidade concreta, as diferenças sociais, econômicas e culturais vinculadas à urgência de formar uma humanidade vinculada aos valores de solidariedade, liberdade e justiça.

Diante disso, entendemos a importância do Ensino de Geografia ao não homogeneizar seus estudantes e apresentá-los às categorias e conceitos pela perspectiva didática marxista. Tal perspectiva não negligencia a individualidade construída socialmente, nem dispensa a crítica ao dogmatismo e toda tradição que impeça a liberdade dos sujeitos. A didática marxista prima pela liberdade e pela construção da intencionalidade à liberdade. A postura do professor em sala de aula direcionará os seus alunos para a consciência crítica de si e do mundo.

A reflexão sobre o papel do estudante no mundo a partir de suas condições de classe potencializa-lhes o desejo para compreender a totalidade e para isso o Ensino de Geografia precisa ser pautado pela verificação da espacialidade como resultado dos processos históricos e geográficos. A construção de uma mentalidade crítica somente é possível com o direcionamento dos conteúdos geográficos por meio de uma proposta pedagógica que contemple a totalidade.

Para que a Geografia Escolar contemple no cotidiano da escola os postulados críticos necessários para a formação da humanidade nos estudantes é fundamental o projeto e a realização de práticas inauguradas a partir da intencionalidade no direcionamento ativo para expressar o sentido existencial como antecipador das exigências capitalistas, em outras palavras, a intenção da didática marxista com a Geografia Escolar é apresentar rupturas normativas que impeçam a fragmentação do entendimento da totalidade. Para isso, a relação processual dialética da intencionalidade do Ensino de Geografia precisa superar valores dogmatizados da ética aquisitiva capitalista através de didáticas marxistas apoiadas na contínua relação ontológica e sociológica.

Diante disso, o Ensino de Geografia ao optar pelas ideias pedagógicas marxistas de Vigotski, Galperin, Leontiev e Rubistein torna possível a internalização dos conteúdos resultando na transformação das experiências cotidianas em aprendizado geográfico.

É importantíssimo para ensinar Geografia partir da relação da intencionalidade dos sujeitos às experiências cotidianas através da análise das condições de classe que deverão levar a internalização dos conteúdos e das práticas cotidianas com a realização da filosofia e pedagogia marxistas materializadas pela didática marxista.

A Geografia Escolar contribuirá para o ensino da totalidade concreta pela relação prática cotidiana dos estudantes com os múltiplos fatores oriundos do modo de produção capitalista. A dialética sujeito-mundo e mundo-sujeito são indissociáveis da prática pedagógica geográfica, pois os conteúdos não são apresentados independentes e ao serem apresentados isoladamente reforçam as dicotomias sujeito-sociedade, sociedade-natureza e sujeito-natureza. A dicotomia na Geografia Escolar nada mais é que a incapacidade em compreender dialeticamente o mundo; assim, reforçam o tradicionalismo positivista ou o individualismo pós-moderno.

Muitos livros didáticos de Geografia ainda apresentam a dicotomia como regra. Privilegiam a memorização, a repetição de exercícios para reforçar a aprendizagem, apresentam a natureza distante do ser humano como se a mesma não fosse parte do modo de produção capitalista.

Explicar o mundo dialeticamente fomentando o questionamento dos conteúdos e formas oriundos do modo de produção capitalista, das organizações sócio-culturais e econômicas é resultado de uma Geografia Escolar comprometida com a transformação do mundo a partir dos valores de solidariedade, igualdade, justiça e liberdade. A Geografia Escolar ao optar pela dicotomia (em síntese Geografia Física e Geografia Humana) prejudicaria seriamente inúmeros estudantes e comprometeria suas capacidade crítica referente à avaliação dos seus cotidianos.

Marx (1993) nos trouxe até a lógica dialética para compreendermos a dicotomia como um projeto conservador, pois as relações de produção atingem o ser humano e a natureza. Assim, a Geografia Escolar precisa partir das problemáticas

originárias desta relação objetivando a construção do entendimento da totalidade concreta. Em relação a isso, Marx aponta-nos a dialética da natureza e do homem como condição inquestionável:

As condições originais de produção (ou, o que é o mesmo, a reprodução de um número crescente de seres humanos através do processo natural entre os sexos, para esta reprodução, embora pareça como apropriação dos objetos pelos sujeitos, aparece também como formação e subjugação dos objetos para um propósito subjetivo; assim, tem como consequência a transformação dos resultados e repositórios da atividade subjetiva) originalmente não se pode ser produtos - resultados da produção. Não se trata da unidade entre a vida e a humanidade ativa com a natureza, com as suas condições inorgânicas e sua troca metabólica com a natureza, portanto, requer compreender a apropriação da natureza pela exigência de explicação ou é o resultado de um processo histórico, mas a separação entre tais condições inorgânicas da existência humana e a existência ativa somente podem ser colocadas a partir da relação do trabalho assalariado e do capital. (MARX, 1993, p. 489)<sup>4</sup>. (tradução nossa).

O Ensino de Geografia a partir do método materialista histórico e dialético contribui para que a Geografia Escolar tenha todo seu dinamismo focado nas condições cotidianas dos estudantes, sabendo que os mesmos são atrelados à conjuntura impeditiva de ações que possam vulgarizar a ética aquisitiva, e para que tenham a capacidade para construir ferramentas teóricas e práticas que vislumbrem a queda da ética aquisitiva e destrone o automatismo da condição ontológica dos sujeitos.

## Considerações finais

Ensinar Geografia pelo marxismo significa fomentar nos estudantes a compreensão do processo histórico e suas implicações no cotidiano, em outras palavras,

---

<sup>4</sup> “The original conditions of production (or, what is the same, the reproduction of a growing number of human beings through the natural process between the sexes; for this reproduction, although it appears as appropriation of the objects by the subjects in one respect, appears in another respect also as formation, subjugation of the objects to a subjective purpose; their transformation into results and repositories of subjective activity) cannot themselves originally be products – results of production. It is not the unity of living and active humanity with the natural, inorganic conditions of their metabolic exchange with nature, and hence their appropriation of nature, which requires explanation or is the result of a historic process, but rather the separation between these inorganic conditions of human existence and this active existence, a separation which is completely posited only in the relation of wage labour and capital”. (MARX, 1993, p. 489).

a crítica a partir do Ensino de Geografia conduz, inevitavelmente, ao processo criador de uma práxis cotidiana comprometida com a liberdade.

O presente trabalho teve como centralidade a construção de argumentos que permitissem a introdução do marxismo no Ensino de Geografia por meio da práxis cotidiana, sem dicotomias e pela relação dialética dos sujeitos com a sociedade e a natureza.

Longe da doutrinação do marxismo vulgar, apresentamos a necessidade do questionamento marxista a partir da urgência das condições de classe ligadas à transformação das condições reais de existência. Ensinar Geografia é ensinar a compreender o mundo, negando a condição apática do automatismo e agindo pela práxis transformadora da realidade.

Ensinar Geografia pelo marxismo é construir o projeto de liberdade, já que o processo histórico apresentado aos estudantes na espacialidade cotidiana garante a crítica pela compreensão da totalidade concreta. Nas palavras de Kosik (1976, p. 221), “[...] A liberdade não é um estado; é uma atividade histórica que cria formas correspondentes de convivência humana, isto é, de espaço social”.

O Ensino de Geografia, pelo marxismo, tem a capacidade em produzir espacialidades pela compreensão e crítica às atividades históricas e seus desdobramentos.

## Referências

BARBOSA, T. Ensino de Geografia: novos e velhos desafios. Caderno Prudentino de Geografia, n. 32, v. 1, p. 23-40, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.agbpp.com/doc/CPG32A-4.pdf>>. Acesso em: 14/07/2011.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1985.

DUARTE, N. A formação do indivíduo e a objetivação do gênero humano: categorias iniciais de uma reflexão sobre o processo de formação do indivíduo numa perspectiva histórico-social. Tese de Doutorado – Unicamp, Campinas, 1992.

ENGELS, F. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: MARX, K.; ENGELS, F. Obras Escolhidas. v. 3. São Paulo: Alfa Ômega, s.d., p. 169-207.

ENQUITA, M. F. A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

- HIDALGO, A. M. De “educação para a responsabilização individual” para “educação e consciência de classe”. In: ORSO, P. J.; GONÇALVES, S. R.; MATTOS, V. M. Educação e lutas de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 125-138.
- KOSIK, K. A dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEFEBVRE, H. Metafilosofia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- LOMBARDI, J. C. Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels. Tese de Doutorado – Unicamp, Campinas, 2010.
- MARTINS, J. S. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, J. S (Org.). Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996, p. 13-23.
- MARTINS, L. M. A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigotskiano. Campinas: Autores Associados, 2007.
- MARX, K. Grundrisse. London: Penguin Books, 1993.
- PEREIRA, D. Geografia Escolar: conteúdos e/ou objetivos. Caderno Prudentino de Geografia, n. 17, p. 62-74, 1995.
- SARTRE, J. P. Crítica da razão dialética: precedido por questão de método. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade. V. 1 . São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- THOMPSON, E; P. A miséria da teoria ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- VIGOTSKI, L. S. Psicologia Pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Recebido em 05 de agosto de 2011

Aceito para publicação em 22 de setembro de 2011